

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS E
NOTAS EXPLICATIVAS
DA ADMINISTRAÇÃO**

 **SICOOB CRED SAUDE**

2018

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área de Saúde de Piracicaba e Região
Piracicaba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área de Saúde de Piracicaba e Região, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área de Saúde de Piracicaba e Região em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 1 de fevereiro de 2019.




Ronaldo Reimberg Lima
Contador – CRC 1SP215393/O-1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em reais)

Senhores cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Saúde de Piracicaba e Região – SICOOB CREDSAÚDE, na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 01/04/2018 o SICOOB CREDSAÚDE completou 21 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2018, o SICOOB CREDSAÚDE obteve um resultado de R\$ 500.981,32 antes das destinações, representando um retorno anual de 18,95% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados em títulos e valores mobiliários e na centralização financeira somaram R\$ 7.239.878,68. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira comercial	R\$	3.922.249,31	100 %
--------------------	-----	--------------	-------

Os vinte maiores devedores representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 58,20% da carteira, no montante de R\$ 2.348.445,25.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 8.394.480,19, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 3,41%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista	R\$	1.131.523,12	13%
Depósitos a prazo	R\$	7.262.957,07	87%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2018 o percentual de 74,33% da captação, no montante de R\$ 6.038.818,72.

5. Patrimônio de Referência

O patrimônio de referência do SICOOB Credsaúde era de R\$ 2.490.069,95. O quadro de cooperados era composto por 438 cooperados, havendo um acréscimo de 3,75% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDSAÚDE adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 95,04% nos níveis de "A" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em AGO a cada 03 anos, com mandato até a AGO de 2019, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração e/ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2018, todos os membros efetivos do conselho fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECRESP, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDSAÚDE aderiram, por meio de compromisso firmado, ao código de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2018, a ouvidoria do SICOOB CREDSAÚDE NÃO registrou manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.
Piracicaba (SP), 31 de janeiro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e de 2017							
(Em reais)							
Cooperativa de Economia e Crdito Mutuo dos Profissionais da Area da Saude de Piracicaba e Regio							
CNPJ n° 02.072.790/0001-46							
Ativo	Notas	31-dez-18	31-dez-17	Passivo	Notas	31-dez-18	31-dez-17
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	4	67.344,82	59.406,98	Depósitos à vista, sob aviso e a prazo	10	8.394.480,19	8.117.251,58
Títulos e valores mobiliários	4	6.642.854,86	6.790.980,06	Relações interdependências	11	-	140.001,30
Relações interfinanceiras	4	597.023,82	196.004,37	Cobrança e Arrecad. Tributos e Assemelhados	12	3.047,44	906,53
Operações de crédito	5	2.438.394,18	2.410.664,00	Obrigações sociais e estatutárias	12.1	295.088,18	265.868,00
Outros créditos	6	9.479,45	22.471,51	Obrigações fiscais e previdenciárias	12.2	14.486,24	14.805,47
Outros valores e bens	7	17.569,29	201.291,38	Obrigações diversas	12.3	110.640,17	72.863,00
Total do ativo circulante		9.772.666,42	9.680.818,30	Total do passivo circulante		8.817.742,22	8.611.695,88
Não circulante							
Realizável a Longo a Prazo							
Operações de crédito	5	1.483.855,13	1.064.923,00				
Total do ativo não circulante		1.483.855,13	1.064.923,00				
Permanente							
Investimentos	8	299.777,70	267.054,33	Patrimônio líquido	14		
Imobilizações de uso	9	20.090,18	23.664,90	Capital social	14.a	2.001.237,79	1.777.191,72
Total do permanente		319.867,88	290.719,23	Reserva legal	14.b	350.242,95	302.341,00
				Sobras acumuladas	14.c/d	407.166,47	345.232,00
				Total do patrimônio líquido		2.758.647,21	2.424.764,72
Total do ativo		11.576.389,43	11.036.460,53	Total do passivo + patrimônio líquido		11.576.389,43	11.036.460,53
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis							

Demonstração das sobras ou perdas

(Em reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Profissionais da Area da Saude de Piracicaba e Região
CNPJ nº 02.072.790/0001-46

	Notas	2º Semestre de 2018	31-dez-18	31-dez-17
Ingressos e receitas da intermediação financeira				
Operações de crédito		774.009,31	1.508.001,49	1.383.546,06
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		196.646,16	396.622,81	587.963,53
		970.655,47	1.904.624,30	1.971.509,59
Dispêndios e despesas da intermediação financeira				
Operações de captação no mercado	10.b	(199.651,09)	(404.974,97)	(589.820,33)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(20.810,75)	(22.572,14)	(66.146,00)
		(220.461,84)	(427.547,11)	(655.966,33)
Resultado bruto da intermediação financeira		750.193,63	1.477.077,19	1.315.543,26
Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais				
Ingressos e receitas de prestação de serviços		106.307,16	206.753,73	189.572,37
Dispêndios e despesas de pessoal		(170.495,16)	(353.019,75)	(321.441,00)
Outros dispêndios e despesas administrativas		(438.172,25)	(845.079,10)	(763.631,00)
Dispêndios e despesas tributárias		(3.206,22)	(6.794,44)	-
Ingressos de depósitos intercooperativos		14.170,11	21.907,13	198,00
Outros ingressos e rendas operacionais		144.455,17	265.178,98	195.739,76
Outros dispêndios e despesas operacionais		(22.586,90)	(33.345,69)	(18.362,00)
		(369.528,09)	(744.399,14)	(717.923,87)
Resultado operacional		380.665,54	732.678,05	597.619,39
Resultado não operacional				
Despesas não operacionais	19	(87.200,00)	(87.200,00)	-
		(87.200,00)	(87.200,00)	-
Resultado antes da tributação e das participações		293.465,54	645.478,05	597.619,39
Imposto de renda e contribuição social		(14.291,03)	(27.374,36)	(23.060,00)
Participação de funcionários		-	-	-
Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias		279.174,51	618.103,69	574.559,39
Juros ao capital	16	(117.122,37)	(117.122,37)	(156.713,28)
Resultado antes das destinações estatutárias		162.052,14	500.981,32	417.846,11
F A T E S - Atos não cooperativos	15		(21.961,94)	(11.690,00)
F A T E S - Atos cooperativos	14.d		(23.950,97)	(20.308,00)
Reserva Legal	14.d/b		(47.901,94)	(40.616,00)
Sobras ou perdas líquidas do exercício/semestre		162.052,14	407.166,47	345.232,11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Profissionais da Area da Saude de Piracicaba e Região

CNPJ nº 02.072.790/0001-46

	<u>Notas</u>	<u>Capital Subscrito</u>	<u>Capital a Realizar</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Contingências</u>	<u>Sobras ou Perdas Acumuladas</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31/12/2016		1.600.774,78	(1.689,63)	261.725,42	-	257.560,00	2.118.370,00
Destinação das sobras exercício anterior							
Ao FATES							-
Constituição de Reservas		-	-	19,79	-	(19,79)	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(257.560,00)	(257.560,00)
Integralização/subscrição de capital		127.551,70	282.770,23	-	-	-	410.321,93
(-) Devolução de capital		(104.643,04)	(284.285,60)	-	-	-	(388.928,64)
Integralização de Juros ao Capital	16	156.733,90	-	-	-	-	156.733,90
IRRF sobre Juros ao Capital		(20,62)	-	-	-	-	(20,62)
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	417.846,04	417.846,04
F A T E S - Atos não cooperativos	15	-	-	-	-	(11.690,16)	(11.690,16)
F A T E S - Atos cooperativos	14.d	-	-	-	-	(20.308,89)	(20.308,89)
Reserva Legal	14.d/b	-	-	40.595,79	-	(40.595,79)	-
Saldos em 31/12/2017		<u>1.780.396,72</u>	<u>(3.205,00)</u>	<u>302.341,00</u>	<u>-</u>	<u>345.231,41</u>	<u>2.424.764,56</u>
Destinação de Sobras Exercício Anterior							
Ao FATES							-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	-	-	-	(345.231,41)	(345.231,41)
Integralização/subscrição de capital		148.583,45	263.165,82	-	-	-	411.749,27
(-) Devolução de capital		(39.119,75)	(265.705,82)	-	-	-	(305.013,00)
Integralização de Juros ao Capital	16	117.122,37	-	-	-	-	117.122,37
Sobras ou Perdas Líquidas		-	-	-	-	500.981,32	500.981,32
F A T E S - Atos não cooperativos	15	-	-	-	-	(21.961,94)	(21.961,94)
F A T E S - Atos cooperativos	14.d	-	-	-	-	(23.950,97)	(23.950,97)
Reserva Legal	14.d/b	-	-	47.901,94	-	(47.901,94)	-
Saldos em 31/12/2018		<u>2.006.982,79</u>	<u>(5.745,00)</u>	<u>350.242,94</u>	<u>-</u>	<u>407.166,47</u>	<u>2.758.460,20</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa
(Em reais)

Cooperativa de Economia e Crédito Mutuo dos Profissionais da Area da Saude de Piracicaba e Região
CNPJ nº 02.072.790/0001-46

	2º Semestre de		
	2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades operacionais			
Sobras (perdas) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	293.465,54	645.478,05	574.361,00
Ajustes por:			
Provisão para operações de crédito	(1.935,75)	(23.350,93)	4.254,00
Provisão de juros ao capital	117.122,37	117.122,37	-
IRPJ/CSLL	(14.291,03)	(27.374,36)	25.818,00
Depreciações e Amortizações	4.893,94	8.969,87	(1.291,00)
	399.255,07	720.845,00	603.142,00
Varição nos ativos e passivos			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	13.562,00
Títulos e valores imobiliários	564.245,86	148.125,20	334.009,00
Relações interfinanceiras	536.195,95	(401.019,45)	(335.993,00)
Operações de crédito	(309.044,08)	(423.276,78)	(96.786,00)
Outros créditos	(18.767,34)	12.992,06	(27.298,00)
Outros valores e bens	(388.831,88)	183.722,09	(162,00)
Depósitos	293.169,24	277.228,61	(293.715,00)
Relações interdependências	(1,30)	(140.001,30)	140.000,00
Cobrança e Arrecad. Tributos e Assemelhados	-	2.140,91	-
Obrigações sociais e estatutárias	(29.548,42)	29.220,18	(959,00)
Obrigações fiscais e previdenciárias	(1.356,83)	(319,23)	177,00
Outras obrigações	(24.216,21)	37.777,17	(53.938,00)
	621.844,99	(273.410,54)	(321.103,00)
Caixa gerado nas operações	1.021.100,06	447.434,46	282.039,00
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Imobilizado	(5.395,15)	(5.395,15)	1.979,00
Investimentos	(17.571,27)	(32.723,37)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.966,42)	(38.118,52)	1.979,00
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento por novos aportes de capital	78.499,14	148.583,45	349.593,00
Devolução de capital à cooperados	(18.985,87)	(39.119,75)	(172.795,00)
Integralização de juros ao capital	117.122,37	117.122,37	-
Destinação de sobras de exercício anterior em C/C associados	-	(345.231,41)	(257.563,00)
Destinação de sobras exercício anterior ao FATES	-	-	-
FATES - Resultado de atos não cooperativos	(21.961,94)	(21.961,94)	(11.690,00)
FATES - Sobras do exercício	(23.950,97)	(23.950,97)	(20.298,00)
Subscrição do juros ao capital	-	-	(156.713,00)
IRRF sobre juros ao capital	-	-	21,00
Outros	(3.666,96)	16.074,40	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	127.055,77	(148.483,85)	(269.445,00)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa	1.125.189,41	260.832,09	825.495,00
No início do período (Nota 4)	6.182.034,09	7.046.391,41	6.220.896,00
No fim do período (Nota 4)	7.307.223,50	7.307.223,50	7.046.391,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE PIRACICABA E REGIÃO – SICOOB CREDSAÚDE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE PIRACICABA E REGIÃO - SICOOB CREDSAÚDE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/04/1997**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDSAÚDE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades - Caixa e depósitos bancários	67.344,82	59.406,98
Títulos e valores mobiliários (a)	6.642.854,86	6.790.980,06
Relações interfinanceiras – centralização financeira (b)	597.023,82	196.004,37
TOTAL	7.307.223,50	7.046.391,41

(a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CECRESP, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CECRESP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	14.236,31	0,00	14.236,31	9.325,38
Empréstimos	1.234.403,28	1.023.717,99	2.258.121,27	2.131.707,07
Títulos Descontados	689.554,01	0,00	689.554,01	525.074,37
Financiamentos	539.559,07	482.597,17	1.022.156,24	894.684,23
(-) Provisões para Operações de Crédito	(39.358,49)	(22.459,97)	(61.818,46)	(85.169,39)
TOTAL	2.438.394,18	1.483.855,19	3.922.249,37	3.475.621,66

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	99.598,53	0,00	0,00	99.598,53		0,00	0,00
A 0,5% Normal	1.352.794,99	13.301,15	261.855,41	1.627.951,55	(8.139,76)	443.400,69	(2.217,00)
B 1% Normal	495.761,39	319.247,17	628.208,21	1.443.216,77	(14.432,17)	1.368.781,27	(13.687,81)
B 1% Vencidas	192.356,05	16.538,22	47.427,02	256.321,29	(2.563,21)	195.470,36	(1.954,70)
C 3% Normal	142.150,52	74.046,11	49.442,69	265.639,32	(7.969,18)	1.151.744,97	(34.552,35)
C 3% Vencidas	93.701,95	0,00	0,00	93.701,95	(2.811,06)	109.481,66	(3.284,45)
D 10% Normal	29.318,77	28.171,42	25.257,41	82.747,60	(8.274,76)	232.282,40	(23.228,24)
D 10% Vencidas	74.229,10	0,00	9.965,50	84.194,60	(8.419,46)	58.281,16	(5.828,12)
E 30% Normal	1.401,87	666,94	0,00	2.068,81	(620,64)	1.287,79	(386,34)
E 30% Vencidas	28.627,41	0,00	0,00	28.627,41	(8.588,22)	0,00	(0,00)
F 50% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	(0,00)	60,75	(30,38)
Total Normal	2.121.026,07	435.432,79	964.763,72	3.521.222,58	(39.436,51)	3.197.557,87	(74.102,12)
Total Vencidos	388.914,51	16.538,22	57.392,52	462.845,25	(22.381,95)	363.233,18	(11.067,27)
Total Geral	2.509.940,58	451.971,01	1.022.156,24	3.984.067,83	(61.818,46)	3.560.791,05	(85.169,39)
Provisões	(40.084,29)	(8.662,97)	(13.071,20)	(61.818,52)		85.169,39	
Total Líquido	2.469.856,29	443.308,04	1.009.085,04	3.922.249,37		3.475.621,66	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	324.971,74	471.696,84	1.023.717,99	1.820.386,57
Financiamentos	161.671,55	377.887,52	482.597,17	1.022.156,24
Conta Corrente	432.164,61	19.806,40	0,00	451.971,01
TOTAL	918.807,90	869.390,76	1.506.315,16	3.294.513,82

OBS.: O referido quadro não inclui adiantamento a depositantes, cheque especial e conta garantida.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	0,00	40.232,65	0,00	40.232,65	1%
Setor Privado - Serviços	50.097,69	371.811,43	359.135,75	781.044,87	20%
Pessoa Física	401.873,32	2.430.498,73	330.418,26	3.162.790,31	79%
TOTAL	451.971,01	2.842.542,81	689.554,01	3.984.067,83	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maiores Devedor	316.357,16	7,84%	303.805,01	9,00%
10 Maiores Devedores	1.631.309,40	40,42%	1.429.785,00	40,00%
50 Maiores Devedores	3.381.400,59	85,00%	3.015.444,28	85,00%

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber	0,00	1.335,48
Diversos (a)	9.479,45	21.136,03
TOTAL	9.479,45	22.471,51

(a) Refere-se, substancialmente, valores a receber de tarifas, devedores por depósitos em garantia, títulos e créditos a receber.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	0,00	200.000,00
Despesas Antecipadas (a)	17.569,29	1.291,38
TOTAL	17.569,29	201.291,38

a) Registram-se no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista.

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	295.729,02	263.005,65
Participações instituição financeira controlada cooperativa crédito	4.048,68	4.048,68
TOTAL	299.777,70	267.054,33

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Imobilizado em Curso		0,00	260,00
Instalações	10%	15.352,00	15.352,00
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(14.410,98)	(14.120,71)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	29.587,87	24.954,72
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso		(17.638,66)	(14.219,94)
Sistema de Comunicação	20%	59.882,16	61.325,75
Sistema de Processamento de Dados	10%	10.106,63	7.641,04
Sistema de Segurança	10%	14.152,00	14.152,00
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso		(76.940,84)	(71.679,96)
TOTAL		20.090,18	23.664,90

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	1.131.523,12	1.117.388,04
Depósito Sob Aviso	90.752,35	90.850,19
Depósito a Prazo	7.172.204,72	6.909.013,35
TOTAL	8.394.480,19	8.117.251,58

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as Cooperativas Singulares de Crédito e os Bancos Cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	2.391.815,24	29,00%	3.029.868,99	38,00%
10 Maiores Depositantes	5.149.189,22	63,00%	5.517.863,96	69,00%
50 Maiores Depositantes	7.241.695,59	89,00%	7.369.879,33	92,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	5.285,95	7.868,48
Despesas de Depósitos a Prazo	387.344,87	570.030,12
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	12.344,15	11.921,73
TOTAL	404.974,97	589.820,33

11. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento (a)	-	140.001,00
TOTAL	-	140.001,00

12. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	3.047,44	906,53
Sociais e Estatutárias	295.088,18	265.868,00
Fiscais e Previdenciárias	14.486,24	14.806,95
Diversas	110.640,17	72.864,46
TOTAL	423.262,03	354.445,94

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	33.212,05	20.600,13
Sobras à disposição da Assembleia Geral	0,00	1.101,63

Resultado de Atos com Não Associados (a)	253.569,74	238.040,26
Cotas de Capital a Pagar (b)	8.306,39	6.125,98
TOTAL	295.088,18	265.868,00

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	2.503,32	2.361,07
Impostos e contribuições a recolher (a)	11.982,92	12.445,88
TOTAL	14.486,24	14.806,95

(a) Referem-se à provisão para pagamento de impostos sobre salários e serviços de terceiros

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	1.335,75	5.328,63
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	12.285,93	4.618,87
Provisão para Pagamentos a Efetuar (b)	55.551,57	45.404,70
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	12.163,79	13.555,26
Credores Diversos - País	29.303,13	3.957,00
TOTAL	110.640,17	72.864,46

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com aquisição de Bens e Serviços, com Fornecedores de Materiais e Serviços.

(b) Referem-se à provisão para pagamento de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e outros pagamentos.

(c) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 12.163,79 (R\$ 13.555,26 em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDSAÚDE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	2.001.237,79	1.777.191,72
Associados	438	400

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	500.981,32	417.648,04
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(21.961,94)	(11.690,16)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	479.019,38	405.957,88
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 10%	(47.901,94)	(40.595,79)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(23.950,97)	(20.297,89)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	407.166,47	345.064,20

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	89.164,12	37.837,94
Resultado operacional	89.164,12	37.837,94
Imposto de renda e da contribuição social	(27.374,36)	(26.147,78)
Outras Deduções (Conf. Res. 129/16 e Res. 145/16)	(39.827,82)	0,00
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	21.961,94	11.690,16

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	15.720,02	15.926,89
Rendas de Empréstimos	1.043.109,14	933.927,83
Rendas de Títulos Descontados	239.966,60	229.009,17
Rendas de Financiamentos	209.205,73	204.682,17
Rendas C/ Tít.Valores Mobil.e Instrumentos Financ.	396.622,81	587.963,53
Rendas de Prestação de Serviços	206.753,73	189.572,37
Outras Receitas Operacionais	287.086,11	195.739,76
Total	2.398.464,14	2.356.821,72

18. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Captação	404.974,97	589.820,33
Despesas Administrativas	1.189.885,88	1.062.888,21
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	31.542,01	84.270,34
Outras Despesas Operacionais	152.309,29	175.075,01
Total	1.778.712,15	1.912.053,89

19. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	87.200,00	-
Resultado Líquido	87.200,00	-

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em **2018**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	36.099,58	350,70	9%
Empréstimo	235.020,52	1.961,77	13%
Financiamento	131.095,54	892,61	13%
Títulos Descontados	10.133,53	0,00	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	414,81	0,04%	0%
Depósitos a Prazo	35.084,72	0,48%	0,4%

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	3,3% a.m.
Empréstimos	2,59% a.m.
Financiamento	1,85% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	82,74% da taxa CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	9,13%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,93%

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	204.228,37

d) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários e cédulas de presença - Conselho Fiscal	8.184,00
Honorários e cédulas de presença - Diretoria e Conselho de Administração	109.954,00

21. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DE SAÚDE DE PIRACICABA E REGIÃO - SICOOB CREDSAÚDE**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDSAÚDE** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

22. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do *VaR – Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de *backtest* do *VaR* das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

22.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.4 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

22.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

23. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Patrimônio Referencia	2.490.069,25	2.399.954,00

25. Provisão para demandas judiciais

Segundo os assessores jurídicos do SICOOB CREDSAÚDE, existe em 31.12.2018, processos judiciais nos quais a cooperativa figurava como polo passivo e foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 10.000,00. Essa ação abrange demanda trabalhista.

PIRACICABA-SP, 31 de janeiro de 2019.

**CLAUDIO ROBERTO ZAMBELLO
DIRETOR PRESIDENTE**

**GRAZIELA CRISTINA BEIRA TADDEI
CONTADOR 1SP 193842/O-7**